

Ofício N° 16 G/SAC/AFEPA/SALC/SAMP/PARL

Brasília, 17 de maio de 2024.

Senhor Primeiro Secretário,

Em resposta ao Ofício nº 223 (SF), pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento nº 36/2023-CRE, de autoria dos Senadores Espírito Santo Amin (PP/SC) e Dr. Hiran (PP/RR), em que requerem "que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, informações sobre os conflitos entre Venezuela e Guiana", presto os seguintes esclarecimentos.

PERGUNTA 1

"Quais são as medidas diplomáticas que o Brasil está tomando para dialogar com os governos da Venezuela e da Guiana?"

RESPOSTA À PERGUNTA 1

2. O governo brasileiro defende a solução pacífica das divergências entre a Venezuela e a Guiana, no contexto dos mecanismos previstos no Acordo de Genebra de 1966, que trata especificamente do diferendo. Essa posição é condizente com os

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Caryvalho
Primeiro-Secretário do Senado Federal

princípios da Constituição Federal de 1988, que regem as relações internacionais do Brasil, em especial os de defesa da paz e de solução pacífica dos conflito; e com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

3. Nos últimos meses, tanto o Senhor Presidente da República como eu mantivemos contatos com os respectivos homólogos nos dois países, ocasiões em que foi reiterada a posição brasileira sobre o tema de Essequibo, em linha com o compromisso regional de consolidação da América do Sul como uma zona de paz e cooperação.

4. Realizou-se, em dezembro de 2023, com apoio do Brasil, reunião em Argyle (São Vicente e Granadinas), entre os presidentes da Guiana, Irfaan Ali, e da Venezuela, Nicolás Maduro. O encontro foi facilitado pelo primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas e presidente pro-tempore da CELAC, Ralph Gonsalves; pelo primeiro-ministro de Dominica e presidente da CARICOM, Roosevelt Skerrit; e pelo embaixador Celso Amorim, como enviado especial do Senhor Presidente da República.

5. A reunião resultou na "Declaração Conjunta de Argyle para o Diálogo e a Paz entre Guiana e Venezuela", por meio da qual Guiana e Venezuela comprometeram-se a "não usar força em nenhuma circunstância" na disputa nem "se ameaçar direta ou indiretamente". Ficou acertado que controvérsias entre os dois

Fls. 3 do Ofício N° 16 G/SAC/AFEPA/SALC/SAMP/PARL

países serão resolvidas de acordo com o direito internacional, e ambos se comprometeram a buscar coexistência pacífica e unidade da América Latina e Caribe. Os países acordaram, ainda, abster-se de palavras ou ações que possam resultar em escalada do conflito. Acordou-se, ademais, que, caso ocorra qualquer incidente entre Guiana e Venezuela, deverá ser estabelecida comunicação imediata entre as partes, com a participação da CARICOM, da CELAC e do Presidente do Brasil. Os países decidiram, também, estabelecer uma Comissão Conjunta, em nível de chanceleres, para tratar de "questões mutuamente acordadas".

6. Em 25/1, a referida Comissão Conjunta se reuniu em Brasília, com minha presença e de representantes de São Vicente e Granadinas (país que exerce a presidência pro-tempore da CELAC) e das Nações Unidas, na condição de observador. Na ocasião, Guiana e Venezuela asseguraram que respeitarão os compromissos assumidos na Declaração de Argyle, em especial o de preservar a paz na América Latina e Caribe, e comprometeram-se a dar seguimento ao exercício de diálogo em curso, aceitando a proposta de participar de nova reunião da Comissão Conjunta, a realizar-se novamente no Brasil. Mantiveram-se, assim, os canais estabelecidos e quadro de certa distensão.

PERGUNTA 2

"O Brasil está considerando a possibilidade de enviar tropas para a região?"

RESPOSTA À PERGUNTA 2

7. O Ministério das Relações Exteriores não tem conhecimento de qualquer iniciativa, no âmbito do governo brasileiro, que envolva a possibilidade de envio de tropas para a região em consequência do referido diferendo territorial.

PERGUNTA 3

"O Brasil está trabalhando para fortalecer a cooperação regional para a prevenção de conflitos na América do Sul?"

RESPOSTA À PERGUNTA 3

8. O Brasil tem trabalhado para fortalecer a cooperação regional em matéria de paz e segurança no contexto da retomada do processo de integração sul-americana, que teve como marco a realização da Reunião de Presidentes da América do Sul em 30 de maio de 2023, em Brasília. Merece ser destacada, nesse sentido, a realização, em 22 de novembro passado, também em Brasília, da Reunião de Ministros de Relações Exteriores e de Defesa da América do Sul, que contou com a presença de altas autoridades dos doze países da região. Na oportunidade, o Brasil enfatizou o desejo de nossas sociedades de viver numa região de paz, cooperação e solidariedade. Ao recordar que a paz e a estabilidade são condições essenciais para o desenvolvimento econômico com inclusão social na América do Sul, o governo brasileiro ressaltou que os espaços de diálogo sul-americano devem servir a esse objetivo.

Fls. 5 do Ofício N° *16* G/SG/AFEPA/SALC/SAMP/PARL

9. A participação do Senhor Presidente da República nas cúpulas de organizações regionais, como o CARICOM, em fevereiro de 2024, e a CELAC, em março de 2024, também evidencia a disposição brasileira em fortalecer a cooperação regional para o tratamento de questões de paz e segurança na América Latina e no Caribe.

Atenciosamente,

MAURO VIEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores